

Depois do prazo determinado, fecharam o frigorífico, a maior empresa da cidade, demitindo funcionários não só da empresa como da região. Foi agora no início do ano, em janeiro.

Isto é apenas mais um caso de tudo o que este grupo tem feito no País e tudo de caso pensado.

Este grupo pratica isso em todo País para criar o monopólio da carne.

O Brasil não pode ser vítima desse tipo de interesse. O Brasil não pode parar.

O presidente Michel Temer tem trabalhado duro e o País já dá sinais de recuperação, aliás, já vinha numa condição de retomada e novamente com a coragem, com o enfrentamento do presidente Michel Temer nota-se - temos acompanhado e o próprio presidente tem colocado - a queda da inflação, a redução de juros, a liberação do FGTS, a expectativa de novos empregos, a queda do desemprego, a retomada econômica, o aumento da confiança, a retomada da segurança jurídica entre tantas outras coisas em situações importantes.

A minha fala no momento é em solidariedade, em apoio e total confiança ao presidente Michel Temer.

A minha fala, senhoras e senhores, colegas deputados, telespectadores é em defesa do Brasil, em defesa do futuro do nosso País.

O presidente Michel Temer é um homem sério e continuará, como já afirmou, trabalhando pelo nosso País.

- Assume a Presidência, o Sr. Itamar Borges.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ontem realizamos uma grande audiência pública aqui na Assembleia Legislativa com os aprovados para um cargo importante no sistema prisional: o cargo de agentes de escolta e segurança penitenciária. Lotamos um dos plenários da Alesp não só com as pessoas que foram aprovadas, mas também com as entidades representativas dos servidores do sistema prisional. E ficamos chocados com a situação.

Nós estamos vivendo uma verdadeira crise no sistema prisional no estado de São Paulo. O próprio Tribunal de Contas do estado de São Paulo julgou as contas de 2016 do governador Geraldo Alckmin com muitas ressalvas, na verdade, denúncias de não cumprimento da lei. Dentre as ressalvas que estou debatendo em plenário nas minhas intervenções, uma delas é sobre o sistema prisional. O próprio Tribunal de Contas denuncia a superlotação dos presídios do Estado - algo que todos sabem, o Brasil inteiro sabe - denuncia a falta de funcionários, que o Estado não tem funcionários no sistema prisional, que há um déficit enorme de servidores do sistema prisional nos vários presídios do Estado. Mas temos uma grande contradição, porque ao mesmo tempo que faltam servidores, que o Tribunal de Contas denuncia e cobra que o Governo tome medidas, sabemos que o Governo fez dois concursos, um em 2013 e um em 2014, e não chama os servidores porque está fazendo ajuste fiscal. Não está investindo no sistema prisional. Não está investindo nos servidores do sistema prisional, que já estão vivendo o drama da superlotação dos presídios, das cadeias, em todo o estado. O déficit é claro. Nós já denunciamos exaustivamente aqui na Assembleia Legislativa, que agora tem a repercussão e a confirmação do Tribunal de Contas e tem concurso público, não só para os agentes de escolta e segurança penitenciária, mas também de outros setores.

Estavam aqui outros servidores, também aprovados em outros concursos, que não são chamados. É muito grave. Isso é improbidade administrativa, porque um concurso quando é realizado, tem autorização, inclusive da Assembleia Legislativa, é regrado por uma legislação e existe também a dotação orçamentária. O governo, ao não chamá-los, está colocando em risco a vida e o trabalho desses servidores que estão no sistema e precisando que os novos assumam para dar um fôlego, para que seja garantida a segurança de todos, mas o governo não realiza a sua função.

Ele está cometendo, sim, um crime, uma improbidade administrativa. Nós estamos acionando, diante deste quadro caótico, de omissão e de irresponsabilidade do governo Alckmin, o Ministério Público Estadual. Estamos entrando com uma representação, inclusive utilizando os dados do Tribunal de Contas do Estado, que faz também essa denúncia e que confirma exatamente o que nós estamos denunciando há muito tempo. Eu estou falando sobre isso desde 2007. Nós estávamos aqui com as entidades confirmando, o Jenis de Andrade, que é um grande militante e defensor dos servidores do sistema prisional, também confirma essa denúncia e, inclusive, fez uma participação por áudio porque ele não conseguiu participar por estar doente.

Ele fez uma denúncia muito grave nesse sentido, dessa omissão, da falta de funcionários e de como isso prejudica todo o sistema prisional de São Paulo, prejudicando servidores, a população carcerária, mas, sobretudo, colocando em risco a população do estado. Nós estamos tomando providências, pedindo a convocação também do secretário de Administração Penitenciária nas comissões permanentes da Assembleia Legislativa e do Ministério Público. Vamos acionar também, mais uma vez, o Tribunal de Contas do Estado porque esse concurso tem que ser cumprido. O governo tem que chamar todas as pessoas aprovadas no concurso da SAP e também das outras secretarias.

O mesmo acontece com os oficiais administrativos da Polícia Militar. Há 5.000 aprovados que o governo não chama. Eles estavam ontem aqui. Daqui a 20 dias praticamente vence o prazo do concurso, que já foi prorrogado. Ele tinha validade de um ano, já foi prorrogado por um ano e, de uma forma irresponsável e criminoso, o governo Alckmin ao não fazer a chamada deixará caducar o concurso. As pessoas aprovadas para o concurso de oficial administrativo da Polícia Militar estavam aqui presentes e estão mobilizados, fazendo manifestações.

Também estamos acionando o Ministério Público por conta dessa não chamada dos aprovados. Enfim, a Assembleia Legislativa tem que tomar uma providência. Uma providência que ela pode tomar é aprovar o nosso PDL nº 11. Eu protocolei aqui um Projeto de decreto legislativo para revogar o decreto que o governador publicou no “Diário Oficial”, em 2015, praticamente proibindo, impedindo a chamada dos aprovados nos concurso públicos. Essas pessoas estudaram, fizeram sacrifícios para serem aprovadas, fizeram provas, passaram por testes. Muitas já fizeram até o exame médico e foram impedidas por conta desse decreto.

Eu apresentei o PDL, que está tramitando pelas comissões permanentes. Trata-se do famigerado Decreto nº 61.466, que é um decreto perverso, que impede a chamada das pessoas aprovadas nos concursos públicos do estado de São Paulo.

Peço o apoio de todos os deputados e deputadas para que possamos terminar ainda esse semestre legislativo votando o nosso PDL, e que o governo faça chamada imediata de todos os aprovados: PEB I e PEB II da Secretaria da Educação, dos oficiais administrativos da Polícia Militar, os agentes de escolta e segurança da Secretaria de Administração Penitenciária, do Metrô, da Sabesp, da Fundação Casa e das várias secretarias.

A situação é muito grave e, por isso, exigimos que o governo tome providências em relação a isso. Nós estamos tomando providências aqui, acionando o Ministério Público, o Tribunal de Contas e as Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa.

Por último, quero falar sobre o dia de hoje, dia 30, um dia de luta e de resistência. Estamos vendo muitos atos em todo o Brasil contra o verdadeiro desmonte dos direitos dos trabalhadores, como a reforma trabalhista, que é um verdadeiro atentado terrorista contra os trabalhadores. A reforma tira o direito dos trabalhadores, e a Previdência acaba com a aposentadoria no Brasil; a lei das terceirizações que precariza ainda mais a situação dos trabalhadores; a PEC 55 que virou a Emenda Constitucional nº 95.

Todas as reformas do governo federal são criminosas, contra o povo brasileiro. São anti-reformas, na verdade são ataques contra o povo brasileiro. São reformas antisociais, antipopulares e antinacionais, só interessando aos rentistas e aos banqueiros, que vivem da especulação financeira. Especuladores, rentistas e banqueiros estão apoiando e sustentando as reformas em curso no Brasil.

É por isso que o Brasil está mobilizado, e nós estamos chocados porque nesta semana foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça a reforma trabalhista, que estou dizendo, da retirada dos direitos dos trabalhadores. E os dois senadores de São Paulo que representam o Estado, e são da comissão, votaram a favor desse crime. Eles são os traidores dos trabalhadores e das trabalhadoras de São Paulo: José Serra, do PSDB, e Marta Suplicy, do PMDB. Ambos são traidores e os eleitores devem se lembrar disso no ano que vem. Eles estão aprovando uma reforma trabalhista que retira direitos históricos da CLT. É uma reforma que altera mais de 100 artigos: impede o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho, aumenta a jornada de trabalho de oito para 12 horas, diminui o horário de almoço de trabalhadores, de uma hora para meia hora, e muito mais. São só mudanças criminosas contra os trabalhadores. José Serra votou a favor juntamente com Marta Suplicy, que era senadora do PT, mas que mudou de lado e está no PMDB.

Queria então fazer essa denúncia, Sr. Presidente. Estamos mobilizados em todo o Brasil contra esse governo corrupto. Michel Temer é o chefe da quadrilha que comanda uma verdadeira organização criminoso. Não foi porque Joesley falou, nós já estávamos falando disso há muito tempo. Joesley é dono de outra quadrilha também: ali é máfia contra máfia, uma briga de quadrilhas organizadas.

A verdade é essa: Temer é chefe de uma grande quadrilha perigosa, que está assaltando o Brasil e entregando o patrimônio público e, sobretudo, o orçamento público para os banqueiros, para os rentistas e especuladores da dívida pública. Ele tem essa função, ele é o despachante corrupto que será descartado, a qualquer momento, assim que entregar as reformas. Ele será expulso do Palácio da Alvorada porque nem as elites econômicas querem mais ele - porque ele é muito criminoso. Não interessa um criminoso desse quilate - o Temer é um homem de negócios, é um homem do submundo da política.

A nossa luta, hoje, é “Fora, Temer”, eleições diretas, já, para presidente. Nós não podemos permitir que um Congresso corrupto, com 200 deputados envolvidos nas investigações da Lava Jato, escolha um novo presidente para o Brasil. Sobretudo, a nossa grande luta é contra as reformas da Previdência e trabalhista, pela revogação imediata da lei das terceirizações e pela revogação imediata da PEC 55, agora emenda constitucional nº 95, que congelou os investimentos nas áreas sociais.

É importante que a população vá às ruas. Eu estive hoje de manhã no centro da cidade participando de manifestações; estou indo para outras manifestações agora à tarde. Hoje, o Brasil está fazendo atos - não teve a greve geral porque a imprensa boicotou as informações. Algumas centrais sindicais estão traindo os trabalhadores porque querem manter o imposto sindical - então, não jogaram peso, disfarçaram. Mas nós continuamos nas ruas, continuamos cobrando e denunciando esse governo.

Para piorar a situação, manifesto a minha total indignação com a posição do Supremo Tribunal Federal de hoje. O ministro Marco Aurélio praticamente inocentou o Aécio Neves quando autorizou a sua volta ao Senado Federal. Um absurdo total. O Aécio está livre, vai poder voltar ao Senado, usar a tribuna, votar contra o povo brasileiro - porque ele também defende as reformas. O Aécio Neves, além de ser corrupto e estar envolvido em vários escândalos, é totalmente a favor e um ardoroso defensor da retirada de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais. Hoje, ele foi anistiado pelo ministro Marco Aurélio - um verdadeiro retrocesso.

Por isso que a população está hoje numa depressão muito grande. Há uma depressão social no Brasil: a população não acredita mais no Judiciário, no Executivo e no Legislativo. As instituições perderam totalmente a credibilidade no Brasil, mas o povo, em algum momento, vai reagir com muita força, não há dúvidas. Em algum momento, isso vai explodir e nós teremos mudanças profundas no Brasil.

Eu quero fazer esse pronunciamento, apoiando a luta dos trabalhadores, todos os atos que estão em curso hoje no Brasil e fazer a defesa intransigente do “Fora, Temer”, que é o chefe da quadrilha, criminoso, tem que estar preso. Ele não tem mais condições de ser o presidente do Brasil. Eleições diretas, já e, sobretudo, o fim das reformas que retiram os direitos trabalhistas, previdenciários e sociais. Fora, reforma da Previdência; fora, reforma trabalhista; fora, PEC 55; e fora, lei da terceirização.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 9º, §4º da Constituição do Estado e tendo em vista a não apreciação do Projeto de lei 249/17, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, esta Presidência informa a continuidade da sessão legislativa. Assim, havendo acordo entre as lideranças, convoco V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 09 minutos.

3 DE JULHO DE 2017 97ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: LECI BRANDÃO e CARLOS GIANNAZI
Secretário: CARLOS GIANNAZI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência e abre a sessão. Cancela a sessão solene, que seria realizada no dia 14/08, às 10 horas, com a finalidade de “Outorga o Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao Sr. José Camargo”, por solicitação do deputado Fernando Capez; convoca uma sessão solene, com a mesma finalidade, para o mesmo dia e horário, a pedido dos deputados Fernando Capez e Márcio Camargo; e uma sessão solene, a realizar-se no dia 04/09, às 19 horas e 30 minutos, para “Comemoração dos 150 anos de Metodismo em terras brasileiras”, por solicitação do deputado Carlos Bezerra Jr.

2 - CARLOS GIANNAZI

Discorre sobre matéria, publicada no site do “O Estado de S. Paulo”, sobre pedido da Justiça para que o Governo de São Paulo contrate policiais. Afirma que o governo estadual não chama os aprovados em concursos de diversas áreas, inclusive da Segurança Pública. Menciona a não convocação dos aprovados no concurso de oficial administrativo da Polícia Militar. Diz que este concurso foi realizado há dois anos e que já foi prorrogado, tendo a possibilidade de vencer o prazo sem a chamada dos cinco mil aprovados. Comunica que apresentou um projeto de decreto legislativo para anular o decreto do governador Geraldo Alckmin, que dificulta a chamada dos aprovados em concursos. Pede o apoio desta Casa para a aprovação do seu PDL. Esclarece que entrou com uma representação no Ministério Público contra o governador, com denúncia de improbidade administrativa, já que foram gastos recursos para a realização de concursos, mas ninguém foi chamado.

3 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

4 - LECI BRANDÃO

Discorre sobre cotas nas universidades públicas. Informa que a USP pretende adotar o sistema de cotas para alunos da rede pública até 2020. Diz ser esta a primeira vez que a universidade prevê reserva de vagas de modo geral. Parabeniza a reitoria da USP. Crítica a falta de indicação para os pretos, pardos e indígenas e o não apontamento de critérios de renda. Considera um ataque aos direitos do povo a votação da reforma trabalhista em regime de urgência. Esclarece que todos os parlamentares que não ouvem os desejos da população brasileira serão cobrados nas urnas. Afirma que as reformas são necessárias, mas que é preciso saber o que o povo brasileiro e os menos favorecidos querem e precisam.

5 - LECI BRANDÃO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

6 – PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 04/07, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Leci Brandão.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convindo o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - Esta Presidência, atendendo à solicitação do nobre deputado Fernando Capez, cancela a Sessão Solene, convocada para o dia 14 de agosto de 2017, às 10 horas, com a finalidade de outorgar o Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao Sr. José Camargo.

Esta Presidência, atendendo à solicitação dos nobres deputados Fernando Capez e Márcio Camargo, convoca V. Exas., nos termos do Art. 18, inciso I, letra “r”, da XIV Consolidação do Regimento Interno, para uma Sessão Solene, a realizar-se no dia 14 de agosto de 2017, às 10 horas, com a finalidade de outorgar o Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao Sr. José Camargo.

Nos mesmos termos, esta Presidência, atendendo à solicitação do nobre deputado Carlos Bezerra Jr., convoca V. Exas. para uma Sessão Solene, a realizar-se dia 4 de setembro de 2017, às 19:30 horas, com a finalidade de comemorar os 150 anos do metodismo em terras brasileiras.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gilmar Gimenes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curciati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, acabei de ler uma matéria que foi publicada no site do jornal “O Estado de S. Paulo”.

A matéria diz o seguinte: “Justiça manda governo de São Paulo contratar policiais”. Ou seja, nós já estamos há muito tempo denunciando o governo, porque ele não vem chamando os aprovados nos concursos das mais diversas áreas, sobretudo na área da Segurança Pública.

A matéria nos mostra que, em oito cidades do nosso estado, a Justiça já entrou com liminares obrigando o estado a contratar os policiais, porque o déficit na área da Segurança Pública é monstruoso. Por exemplo, nós temos o seguinte déficit no estado de São Paulo: de 645 municípios, 40% não têm delegados de polícia. Isso é muito grave.

Nós temos ainda um déficit, só na Polícia Civil, de nove mil cargos não preenchidos. Faltam mais de nove mil policiais, só na área da Polícia Civil. Isso é um atentado contra a Segurança Pública. Isso demonstra claramente que o governador Geraldo Alckmin abandonou definitivamente a Segurança Pública no estado. Como se não bastasse isso, nós temos também as outras áreas, também da própria Polícia Militar, que estamos denunciando exaustivamente, porque o governo não faz a chamada dos oficiais administrativos da Polícia Militar.

O concurso foi feito há dois anos, já foi prorrogado, e o prazo vence em 20 dias. O concurso para oficial administrativo vai caducar. São cinco mil cargos, cinco mil pessoas aprovadas que não foram chamadas ainda e que estudaram, pagaram para fazer o concurso, e o estado gastou recursos públicos nisso. Há uma demanda imensa, porque esses aprovados iriam preencher as vagas que são ocupadas hoje por policiais da ativa, que deveriam estar nas ruas combatendo o crime, mas estão ocupando funções burocráticas.

Isso é uma irresponsabilidade total do nosso estado, uma improbidade administrativa, não só na área da Segurança Pública, mas na área da Educação também. O governo não chama as professoras PEB I, não chama mais professores PEB II. Só agora, depois de dez anos, será realizado concurso para diretor - foi anunciado o edital.

Em várias áreas temos concursos já realizados, porém o governo não faz a chamada. Isso se estende também para os outros poderes. No Judiciário, o Tribunal de Justiça de São Paulo fez o concurso para escreventes, mas tem feito uma chamada pequena desses aprovados. Há também uma mobilização dessas pessoas. Enfim, o governo realizou concursos, mas não faz a chamada. Na área da Segurança Pública a situação é muito crítica, porque até a Justiça já está entrando com liminares para que o governo seja obrigado a contratar os profissionais.

Nós temos um projeto de decreto legislativo aqui nesta Casa, apresentado em 2015, para revogar o decreto do governador Geraldo Alckmin, publicado em 2015, que dificulta e quase que proíbe a chamada dessas pessoas aprovadas nos concursos públicos. Então, antes do encerramento do semestre legislativo, eu gostaria de ter o apoio da Assembleia Legislativa para que o nosso PDL fosse aprovado em caráter de extrema urgência. Eu me refiro ao Decreto nº 61.466, de 2015, do governo, que é basicamente um congelamento das chamadas dos concursos públicos.

Esse decreto tem que ser derrubado, Sra. Presidente. Eu sempre conto com o seu irrestrito apoio. A deputada Leci Brandão também tem feito uma grande luta pela chamada dos aprovados nos concursos públicos do estado de São Paulo. Então, temos que derrubar esse Decreto nº 61.466, de autoria do governador, que é um congelamento das chamadas dos aprovados em concursos públicos.

Para concluir a minha intervenção em relação aos concursos, quero fazer um apelo ao governador Geraldo Alckmin, para que faça a chamada dos cinco mil oficiais administrativos que foram aprovados no concurso. Daqui a 20 dias vai caducar o concurso; isso é um crime.

Nós já estamos entrando com uma representação no Ministério Público contra o governador Geraldo Alckmin, fazendo essa denúncia, porque isso é uma improbidade administrativa. O Governo realizou concurso público, gastou dinheiro público, criou expectativa, as pessoas foram aprovadas, passaram no concurso e o Governo não chama os aprovados. E há uma grande demanda. Os cargos estão lá à espera da posse dessas pessoas que foram aprovadas.

Então, faç primeiro um apelo ao governador para que faça a chamada imediata antes do término do prazo de validade do concurso, pois agora nós temos menos de 20 dias, porque ele já foi prorrogado. O concurso foi feito com validade de um ano. Nesse período o governo não chamou os aprovados e prorrogou a validade por mais um ano.

Só que, agora, expira o prazo de validade jurídica e ele desaparece do mapa da sua validade jurídica do Estado. Portanto, o Governo tem que fazer a chamada dos aprovados antes de expirar o prazo.

Além do nosso apelo, que muitas vezes não é suficiente, aliás, nunca é suficiente, nós vamos tomar medidas concretas acionando o Ministério Público Estadual. O Ministério Público tem que entrar com uma ação, abrir um inquérito civil contra o Governo, denunciando que o Governo não vem chamando as pessoas aprovadas para os diversos concursos públicos. Então, nós vamos, sim, judicializar essa questão. Vamos também acionar o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nesse sentido.

Lembrando que nós realizamos uma audiência pública na quinta-feira próxima passada, aqui na Assembleia Legislativa, com outro setor de servidores públicos, que também foram aprovados para outro concurso feito para o sistema prisional, os agentes de escolta de segurança do sistema prisional que estão na mesma situação, pois ainda não foram chamados; nós denunciamos isso também. Estavam presentes alguns oficiais administrativos da Polícia Militar. Enfim, é uma situação caótica.

Essas são, portanto, as providências que nós estamos tomando. Estamos acionando o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas e também pedindo a convocação dos secretários envolvidos nas comissões permanentes da Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - LECI BRANDÃO - PCdoB - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.)

Esta Presidência solicita ao nobre deputado Carlos Giannazi que assuma a direção dos trabalhos.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão, pelo tempo regimental.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Carlos Giannazi, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, funcionários desta Casa, eu já ocupei esta tribuna aqui para falar muitas vezes sobre a questão das cotas das universidades públicas. Mas, esta semana nós tivemos uma grande notícia com relação a essa questão.

A Universidade de São Paulo, a USP, centro de ensino superior mais importante do País, informou que pretende adotar um sistema de cotas de 50% para alunos da rede pública, em todos os cursos dessa instituição, até o ano de 2020. É a primeira vez que a USP prevê reserva de vagas de forma geral. A proposta ainda será avaliada pelo Conselho Universitário. Nós temos que parabenizar essa iniciativa da Reitoria, mas é preciso fazer alguns apontamentos, porque precisamos de mais avanços. A proposta não indica reserva de vagas para os chamados “PPI” - pretos, pardos e indígenas. A Unesp fez isso em 2013 e a Unicamp, neste ano, fez a mesma coisa.

Além disso, não aponta critérios de renda e apoio ao aluno para evitar o abandono do curso. Isso é muito ruim. O sucesso dos sistemas de cotas depende muito da compreensão das profundas diferenças sociais, da desigualdade de renda e do preconceito de cor entre os jovens do nosso Estado. Adotar sistemas de cotas não resolve esses problemas e não garante que a universidade expresse a diversidade do povo. Isso é muito importante. Tem que expressar a diversidade do nosso povo.

Quero registrar, também, que o ataque aos direitos dos trabalhadores continua nesta semana. É muito ruim. Há um pedido de urgência para a votação do PLC nº 38, de 2017 - ou seja, a chamada “reforma trabalhista”. Se o regime de urgência for aprovado, a reforma trabalhista segue em tramitação especial.

Muitos analistas consideram que a aprovação dessa reforma seria uma tábua de salvação para esse governo ilegítimo de Michel Temer. Afinal, nós sabemos a quem esse governo serve. Nós sabemos exatamente tudo o que está acontecendo e todos os acordos que estão tentando fazer em Brasília.

Discordamos e acreditamos que todos os parlamentares que estão virando as costas para o povo serão seriamente cobrados nas urnas. É importante que repitamos isto: todos aqueles parlamentares que não estão ouvindo o povo, que não estão prestando atenção aos desejos da população brasileira, serão cobrados nas urnas, porque está havendo, nas redes sociais, muitas denúncias.